

Ditadura brasileira e seus desdobramentos em Desigualdade e Humilhação Social

Luis Eduardo França Jardim

Doutorando no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)

Mariana Luiza Aron

Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)

Resumo

A violência é um dos principais temas de pesquisa sobre a ditadura civil-militar brasileira. Quando a violência é pensada no contexto da ditadura, a tortura é o tema de maior destaque, no entanto, outros modos de dominação alimentados pelo regime autoritário não foram tão explícitos e afetam direta e indiretamente as possibilidades de existência de todos os cidadãos brasileiros. Ao longo dos 21 anos da ditadura, a máquina autoritária do regime penetrou a fundo na estrutura de formação social e econômica do país, transformando e deixando marcas na educação, saúde, justiça, cultura e nas polícias do país. As ações políticas do regime, fundadas no combate ao comunismo, favoreceram o desenvolvimento de uma classe sobre outras, fomentando a desigualdade social e os desdobramentos políticos da desigualdade, intensificando o fenômeno da humilhação social. Trata-se de uma força sorrateira, cristalizada nas relações sociais e que, por ser considerada corriqueira, é raras vezes questionada. Entretanto, sua força penetra a fundo nas relações sociais e produz uma angústia que é, simultaneamente, um sofrimento com características psicológicas e políticas. Humilhação social não foi instituída originariamente pela ditadura, mas é um fenômeno antigo, que muito antes já impôs seu golpe aos antepassados. O objetivo deste artigo é discutir como a ditadura teria intensificado as condições de possibilidade que aprofundam o problema da humilhação social, agravada também pela continuidade autoritária pós redemocratização.

Palavras-chave ditadura civil-militar, violência, humilhação social, Psicologia Social

Resumen

La violencia es uno de los principales temas de investigación de la dictadura cívico-militar brasileña. Cuando la violencia es pensada en el contexto de la dictadura, la tortura es el tema más destacado, sin embargo, otros modos de dominación alimentados por el régimen autoritario no fueron tan explícitos y afectan directa e indirectamente las posibilidades de existencia de todos los ciudadanos brasileños. Durante los 21 años de dictadura, la máquina autoritaria del régimen penetró profundamente en la estructura de la formación social y económico del país, cambiando y dejando marcas en la educación, la salud, la justicia, la cultura y la policía en el país. Las acciones políticas del régimen, fundada en la lucha contra el comunismo, favorecieron el desarrollo de una clase sobre otras, el fomento de la desigualdad social y despliegue político de desigualdad, y a intensificar el fenómeno de la humillación social. Esta es una fortaleza astuto, cristalizado en las relaciones sociales y que, siendo considerado trivial, es raramente cuestionado. Sin embargo, su fuerza penetra profundamente en las relaciones sociales y produce una angustia que sufre simultáneamente con las características psicológicas y políticas. Humillación social no fue establecido originalmente por la dictadura, pero es un fenómeno antiguo, que ha impuesto mucho

antes su golpe a los antepasados. El objetivo de este artículo es discutir cómo la dictadura habría intensificado las condiciones de posibilidad que profundizan el problema de la humillación social, también agravada por la autoritaria continuidad post-democratización.

Palabras clave la dictadura cívico-militar, violencia, humillación social, Psicología Social

Introdução

A violência sempre pode destruir o poder; do cano
de uma arma emerge o comando mais efetivo,
resultando na mais perfeita e instantânea
obediência.

Hannah Arendt

O objetivo deste artigo é discutir possíveis ligações entre políticas econômicas e sociais promovidas pelos governos militares durante a ditadura e o fenômeno de humilhação social. A análise da repressão de Estado e dos mecanismos pelos quais a ditadura promoveu a concentração de renda permite discutir como estas políticas de Estado fomentam modos de dominação, fenômeno originário que se revela como condição de possibilidade para a humilhação social.

A humilhação social caracteriza-se como uma experiência que habita a fronteira entre o psicológico e o político, um fenômeno social que produz um sofrimento psíquico. Trata-se de um sofrimento derivado de uma angústia que se manifesta de modo cristalizado – quase sorradeira e silenciosamente – nas relações sociais. Uma espécie de opressão tamponada, uma violência que impõe-se, todavia, de modo não ostensivo, favorecendo medo, ignorância e servilismo.

Neste artigo, inicialmente, pretende-se discutir a penetração da violência de Estado dos anos da ditadura e seus desdobramentos no cotidiano da população como silenciamento de sua voz pelo medo. Posteriormente, a discussão visa mostrar como a intervenção do regime na economia contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo em uma configuração altamente excludente e concentradora de renda, atuando no estímulo ao capital privado, na precarização e gestão da força de trabalho. Todos esses fatores contribuíram para o enriquecimento de uma minoria dominante e empobrecimento da maior parte da população, aumentando o abismo social já existente no país. Por fim, pretende-se analisar como a combinação desses elementos corrobora com a dominação de uns sobre os outros, condição de possibilidade favorável à humilhação social.

Violência, silenciamento e medo

Em março de 2014, completaram-se 50 anos do golpe que destituiu o Presidente João Goulart e, posteriormente, instaurou uma ditadura estendida por longos 21 anos, comandada por militares com a colaboração da elite civil. Para o historiador Carlos Fico,¹ o Golpe de 1964 “representou a expressão mais contemporânea do persistente autoritarismo brasileiro, que já se manifestou em tantas outras ocasiões”. O regime militar não responde isoladamente e tampouco primeiro pelo uso arbitrário da violência de Estado, é produto e reproduzidor inédito do mandonismo brasileiro e da subalternização de classes.

O autoritarismo brasileiro – cedo formado no século XVI com o escravismo colonial, com a dominação dos índios, negros e depois homens livres pauperizados, disfarçado por insólito nacionalismo e cultivado pelo “mito fundador” de um Brasil *sem sangue* e de um povo *pacífico e cordial*² – este autoritarismo, na maioria das vezes encoberto ou naturalizado no cotidiano, vem de longe para apresentar-se na tentativa de golpe em 1961,³ para alimentar o conservadorismo de movimentos como “Tradição, Família e Propriedade” e para gestar as raízes do Golpe Civil-Militar⁴ de 1964.

Passadas três décadas do fim da ditadura civil-militar, parece cada vez mais claro aos autores que esse acontecimento não foi meramente uma *página infeliz da nossa história*, mas teria produzido manchas que penetraram as páginas subsequentes. A ditadura, para alguns teorizadores, teria aberto um abismo que nunca mais se fechará.

De acordo com a própria definição de Estado, a ele cabe “exercer sua função

- 1 FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p.18.
- 2 CHAUI, Marilena. “Brasil: mito fundador e sociedade autoritária”. In: _____. *Manifestações ideológicas só autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Perseu Abramo, 2013a; CHAUI, Marilena. “O homem cordial, o mito destruído à força”. In: _____. *Manifestações ideológicas só autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Perseu Abramo, 2013b; IOKOI, Zilda Maria. “A longa trajetória dos deslocamentos e das intolerâncias no Brasil”. In: Dotto, K.M., Endo, P.C., Sposito, S.H., Endo, T.C. (orgs.) *Psicologia, Violência e direitos humanos. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região*. São Paulo: CRP SP, p.257-273, 2011.
- 3 TAVARES, Flávio. *1961: O Golpe Derrotado - luzes e sombras do Movimento da Legalidade*. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- 4 Atualmente, a denominação *civil-militar* para o golpe de 1964 e a ditadura brasileira é largamente utilizada e reconhecida na historiografia e nos estudos sobre a ditadura – inclusive pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade – para referir-se à participação e contribuição ativas da elite civil ao golpe e ao regime que se seguiu. Marcelo Ridenti (ver *Fantasma da Revolução Brasileira*, 2010; *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*, 2010) foi um dos primeiros historiadores a utilizar essa denominação ainda na década de 1980, juntamente com diversas outras referências na área, como Daniel Aarão Reis Filho. Embora a seção seguinte deste texto aborde características da participação civil no regime, não cabe ao propósito deste artigo adentrar no debate e na contenda historiográficos sobre o tema.

principal de proteger os cidadãos, garantir seus direitos e sua integridade física”.⁵ Limitado a este fim, o Estado é a única entidade a que se pode reservar constitucionalmente o uso da violência. No entanto, quando o uso deste direito volta-se contra a mesma população que deveria ser protegida, inverte-se o papel do Estado, transgredindo-se sua própria norma e definição.

Durante o regime, as ações repressivas do Estado operavam em frentes diversas. A violência das prisões, torturas e desaparecimentos atingiram intensamente os opositores diretos do regime, tomados como *inimigos internos*. A desmedida força da violência disseminou sua mensagem de ameaça e ultrapassou os centros de tortura. Para Almeida,⁶ “a cultura da violência e do terror penetra dos espaços mais íntimos aos mais coletivos da vida social”. A ameaça instaura o medo de modo difuso nas relações cotidianas da população.

As diversas modalidades de violência perpetradas pelo Estado durante a ditadura têm sido exaustivamente estudadas, assim como seus desdobramentos para o cotidiano do brasileiro. A tortura, os assassinatos e os desaparecimentos foram instrumentos de coerção utilizados pelas forças repressivas ao longo de todo o regime com intuito de fazer falar e fazer calar. Tão logo o golpe foi anunciado, imediatamente os militares iniciaram as ações repressivas contra a oposição, incluindo prisões, torturas e expurgos de militares considerados opositores.⁷

A violência de Estado e a tortura, definitivamente, não são invenções desta ditadura. Para Octavio Ianni,⁸ “a violência parece algo intrínseco ao modo pelo qual se organiza e desenvolve a sociedade moderna, seja ela nacional ou mundial”. Desde a chegada dos primeiros portugueses em terras brasileiras, e pelos cinco séculos seguintes, a violência foi e continua sendo um dos principais recursos de dominação e silenciamento, uma força intensa de submissão e inferiorização. No início do século XX esse quadro não era diferente, e a tortura como instrumento de repressão foi utilizada largamente nas cidades, no campo e também internamente nas próprias Forças Armadas. Para Ianni,⁹ “nesse sentido é que é válido

5 VITAL BRASIL, Vera. Efectos transgeneracionales del terrorismo de Estado. Entre el silencio y la memoria. In: GTNM/RJ, CINTRAS, EATIP, SERSOC. *Daño Transgeneracional: consecuencias de la repression política en el Cono Sur*. Santiago, 2009, p.295.

6 ALMEIDA, S.S. Violência e subjetividade. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BARROS, R.B. (orgs.) *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá. 2002, p.46.

7 GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014; FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J.A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

8 IANNI, Octavio. *Capitalismo, Violência e Terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.172.

9 *Idem, ibidem*, p.172.

reconhecer que cada século, época ou configuração histórico-social se caracteriza por formas e técnicas de violência enraizadas e jogos de forças sociais e tramas de sociabilidade”.

Orientado por uma ideologia de combate ao comunismo, o regime de exceção fundou-se nessa ideologia para justificar o uso da força em diversos âmbitos da sociedade. Para Hannah Arendt,¹⁰ a violência distingue-se por seu caráter instrumental e, regida pela categoria meio-fim, busca justificar-se como meio para atingir um fim. Para a pensadora, a “violência pode ser justificável, mas nunca será legítima”. No entanto, a experiência da ditadura no Brasil com o Ato Institucional-5 tenta desafiar este princípio de não legitimação da violência, sustentado pela filósofa. Com o decreto do AI-5 em 1968, as práticas repressivas adquiriram o inédito estatuto legal e, praticamente, não havia mais limites para a violação dos direitos humanos no país a serviço de interesses de uma classe.¹¹

Com o AI-5, os desdobramentos da violência do Estado sobre a resistência armada caminham na mesma direção do que Hannah Arendt¹² observou sobre a violência: “em um conflito da violência contra a violência, a superioridade do governo tem sido sempre absoluta”. Em 1972, a luta armada já havia sido praticamente extinta pelas forças repressivas do Estado. E é neste momento que os militares passam a desenvolver métodos psicológicos de torturas, provocando danos mais profundos e duradouros às vítimas do Terrorismo de Estado.¹³

A ditadura brasileira diferenciou-se da ditaduras dos países vizinhos não apenas em sua estrutura, mas também na modalidade do uso da violência. Desde o início, o regime autoritário brasileiro caracterizou-se pela busca por legitimação das suas práticas, uma tentativa de criar um estatuto legal dentro de um estado de exceção.¹⁴ O AI-5 inaugura a legalidade da autonomia do uso da violência sem a necessidade de justificação prévia e será esta a base para o decreto da Lei de Segurança Nacional de 1969.

Para Arendt,¹⁵ “forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir,

10 ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.69.

11 RAUTER, Cristina e col. (orgs) *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos*. Equipe Clínico-Grupal, Grupo tortura Nunca Mais – RJ. Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá. Rio de Janeiro: 2002; MOURÃO, Janne C. (org.). *Clínica e Política 2 – Subjetividade, Direitos Humanos e Invenção de Práticas Clínicas*. Rio de Janeiro: Abaquer: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

12 ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência...* p.65.

13 RAUTER, Cristina e col. (orgs) *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos...*

14 LINZ, J., Juan e STEPAN, Alfred. *A Transição e Consolidação da Democracia: a experiência do Sul da Europa e da América Latina*. Trad. Patrícia de Queiróz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 1999; PEREIRA, Antony. *Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Trad. Patrícia de Q. C. Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

15 ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10ª Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.36.

eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas”. O uso da violência é contraditório ao ser político, que implica nas decisões serem tomadas pela palavra e não pela força ou violência. Para a autora,¹⁶ “a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política”, isto é, na polis. Enquanto a força e a violência pertencem à esfera da organização privada. Quando o Estado promove a violência como meio de dominação política, está sobrepondo os interesses públicos pelos interesses privados. A violência torna-se, assim, um meio de silenciar a voz não privilegiada mediante seu uso, abafar a voz pública.

Para o sociólogo Octavio Ianni,¹⁷ “em geral, a fúria da violência tem algo a ver com a destruição do ‘outro’, ‘diferente’, ‘estranho’, com o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo embutido nas formas de sociabilidade e nos jogos das forças sociais”. A violência na ditadura não era aleatória, mas focada nos opositores do regime, nas classes pauperizadas, na minorias sociais e excluídas. A aniquilação do outro pela violência presta-se a fortalecer as classes dominantes e emudecer, rebaixar e subalternizar uma parcela da população em nome do interesse de alguns.

Hannah Arendt,¹⁸ em *Sobre a Violência*, retoma a noção de poder como pertencente a um grupo e adquire permanência apenas enquanto o grupo permanece unido. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, mas é constituído e inerente à própria comunidade política. Nos momentos antecedentes ao golpe, o Brasil caminhava em direção ao fortalecimento de um “poder popular”. Em 1961, depois da renúncia de Jânio Quadros, a posse de João Goulart somente foi possível mediante a constituição de um poder que impediu esta primeira tentativa de golpe e garantiu que ele assumisse a Presidência.¹⁹ Posteriormente, durante seu governo, um fato novo se dá pela primeira vez com o envolvimento dos setores populares nos debates políticos, sustentando o discurso do Presidente favorável às reformas de base.²⁰ O Golpe de 1964 se consolida em um momento histórico em que tudo indicava que as forças de esquerda caminhariam para a conquista gradual da maioria política parlamentar, assim como aconteceria no Chile de Salvador Allende alguns anos mais tarde. Esse poder popular crescente colocava em cheque o *status quo* e os privilégios de uma elite acostumada às suas prerrogativas sociais e econômicas garantidas nas relações de dominação.

O golpe de 1964 e a violência atrelada às décadas seguintes foram justificados como

16 *Idem, ibidem*, p.40.

17 IANNI, Octavio. (2004) *Capitalismo, Violência e Terrorismo...* p.168.

18 ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência...*

19 FICO, Carlos. *O Golpe de 1964...*; FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; BANDEIRA, Luis Alberto M. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. 8ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

20 CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. São Paulo: Contexto, 2002.

meio necessário para banir a *ameaça do comunismo*. Em outras palavras, parece-nos plausível compreender o golpe e as ações políticas e repressivas do Estado como uma violência *para* destruição de um *poder*²¹. Um poder com características populares que parecia constituir-se no início dos anos 1960 e que reivindicava distribuição de renda mais justa, reforma agrária, reformas de base e que ameaçava os interesses da elite econômica.²²

Este quadro indica que a violência da ditadura teria se prestado ao dilaceramento de um poder que emergia na sociedade brasileira. No entanto, para Arendt,²³ da violência nunca emergirá o poder, esta necessita “encontrar uma base de poder nativa para apoiar sua dominação”. A base autoritária de poder que sustentou a ditadura e seus interesses possuía, àquele momento, quatro séculos e meio de estruturação consolidada e fundou o autoritarismo brasileiro sustentado pela força e violência.

A violência da ditadura não se restringiu às ações repressivas engendradas pelas Forças Armadas e Polícias com as prisões e torturas de opositores, mas sua força autoritária penetrou no cotidiano da população na cidade, no trabalho, nas relações pessoais, destituindo o homem da sua condição de cidadania. A violência, “à diferença do poder, é muda; a violência começa onde termina a fala”.²⁴ Na ditadura, a força emudecedora da violência penetrou na intimidade do brasileiro, impondo seu silenciamento político em todos os âmbitos de circulação do homem em sociedade, aprofundando e intensificando as condições de possibilidade para a dominação e humilhação social.

A dominação de um homem sobre o outro é um fenômeno político. Para Simone Weil,²⁵ os seres humanos ao redor têm, apenas por sua presença, um poder de deter, de reprimir, de modificar cada movimento. No entanto, com a mesma aspereza que a força subjuga aquele que é inferiorizado, embriaga o outro que julga possuí-la. “Ninguém a possui verdadeiramente”. Na dominação não se trata da imposição de uma voz, pois tanto o dominador quanto o dominado sofrem as consequências do contato com a força e são convertidos em mudos e surdos. A força se faz no momento em que a voz é impedida.

21 Conforme apresentado anteriormente, as noções de poder e força utilizadas neste artigo estão fundamentadas no pensamento de Hannah Arendt. De modo bastante sucinto, para a filósofa, o *poder* é constituído e sustentado pela união de um grupo, o poder é sempre político. Por outro lado, a *força*, como a violência, é muda, impõe uma fala e cala a voz do outro, encerrando qualquer possibilidade de acontecimento da política em seu caráter originário.

22 COGGIOLA, O. *Governos militares na América Latina*; São Paulo: Contexto, 2001.

23 ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência...* p.70.

24 ARENDT, Hannah. “Compreensão e Política (as dificuldades da compreensão)”. In: _____. *Compreensão: formação, exílio, totalitarismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.331.

25 WEIL, Simone. “A Ilíada ou o poema da força”. In: _____. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Trad. Therezinha G.G. Langlada. 2ª ed. revisada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.386.

Estado militar, Intervenção e desigualdade social

O golpe de 1964 que depõe o Presidente Joao Goulart acontece com a participação e apoio das elites civis industriais e empresariais. A classe dominante se via ameaçada pelos avanços das políticas de cunho sociais/trabalhistas e com a possibilidade de concretização das prometidas Reformas de Base.²⁶ A participação logística e financeira civil junto aos militares no golpe o caracteriza como um golpe civil-militar e configurou uma ascensão de “um novo bloco de poder, que envolve uma articulação entre o conjunto das classes dominantes”, cujo espectro de interesses representados autoriza qualificá-los como elite.²⁷

Os Estados militares na América Latina pós Segunda Guerra Mundial contam com o apoio financeiro, logístico e militar dos EUA e se revelam como uma extensão latino-americana da Guerra-Fria. No Brasil, a intervenção militar e o regime que seguiu ao golpe entre as décadas de 1960 e 1980 é encarado historicamente como expressão de uma fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil,

que ocorre sob a égide dos monopólios e que expressa, sobretudo, os interesses dos conglomerados internacionais, de grandes grupos econômicos nacionais e das empresas estatais, formando um bloco cuja direção é recrutada pelas Forças Armadas e que conta com decidido apoio dos setores tecnocráticos.²⁸

Enquanto grupos empresariais, fazendeiros e industriais foram favorecidos por apoiarem o regime, a população das classes pobres sentiu a precarização da condição básica de vida e o agravamento da experiência de humilhado político, isto é, fenômeno público de impedimento da fala.²⁹ A desigualdade não é um fenômeno que surgiu com a ditadura, no entanto, a ditadura aprofunda o problema anteriormente existente da desigualdade de classes, favorecendo a classe dominante em detrimento das classes trabalhadoras ou mais pobres.

O pré-existente abismo entre as classes mais pobres e as mais ricas torna-se praticamente intransponível depois do golpe de 1964. Durante a ditadura, a educação, do

26 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014; RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

27 GERMANO, José Willington. *Estado e Educação no Brasil (1964-1985)*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.17.

28 *Idem, Ibidem*, p.21.

29 GONÇALVES FILHO, José Moura. “Humilhação Social: um problema político em Psicologia”. In: *Psicologia USP*. São Paulo, v.9, n.2, p.11-67, 1998; GONÇALVES FILHO, José Moura. “Humilhação social: humilhação política”. In: Souza, Beatriz de Paula (org). *Orientação à queixa escolar*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007.

ensino fundamental ao superior, foi atingida duramente pelas as ações do Estado no que concerne às políticas de favorecimento da acumulação de capital. Para Antônio Bosi,³⁰ depois do golpe e nos anos 1970, “a intensificação do trabalho, a precarização, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, já eram componentes cruciais na equação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil”. Como alternativa para incrementar as taxas de lucro no país, o barateamento da mão-de-obra e a mercantilização do ensino tornam-se uma política, decorrendo na transferência monumental de serviços públicos para a esfera privada.³¹

José Wellington Germano³² defende a hipótese que, nas condições do capitalismo brasileiro, a política educacional pós-64 contribuiu para a exclusão social das chamadas classes populares ou classes subalternas, privilegiando o topo da pirâmide social. Para o autor, isso não significa que o Estado Militar não tenha desenvolvido políticas sociais diversas, no entanto, significa que privilegiou, “diretamente e de forma ‘selvagem’, a manutenção da desigualdade social e a acumulação de capital, mesmo no que concerne ao domínio da política social”.

Ao longo dos governos militares no Brasil, o regime interveio intensamente na economia, assumindo um papel de instância reguladora e afetando as relações entre trabalho e capital. Como primeiro eixo de intervenção econômica, o Estado assume a gestão da *força de trabalho* como mercadoria particular. “Do ponto de vista da gestão da força de trabalho, tal intervenção compreendeu a regulação do preço da força de trabalho, a disciplina do trabalho e a insegurança no emprego”.³³ Por meio da lei 4.725 de 1965, o governo retira a fixação do salário profissional (piso-salarial) da arbitragem da Justiça do Trabalho e colocando-a sob o arbítrio das autoridades financeiras. A repressão aos movimentos sindicais e a proibição das greves interveem na disciplina do trabalho. E o fim da estabilidade no emprego substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) atinge a segurança no emprego.

Com estas ações, o regime contribui com as condições de possibilidade para o sentimento de “precariedade subjetiva” no trabalho, isto é, o sentimento de não estar jamais protegido de uma perda súbita de emprego; sentimento de não estar “em casa” no trabalho; de não dominar seu trabalho e precisar esforçar-se permanentemente para adaptar-se e

30 BOSI, Antônio de P. “A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos”. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 101, p.1503-1523, set./dez, 2007, p.1506.

31 BOSI, Antônio de P. “A precarização do trabalho docente...”; CHAUI, Marilena. Entrevista concedida para Paulo Donizetti de Souza, Rede Brasil Atual. Publicada em 29/03/2012. Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/03/para-marilena-chaui-ditadura-militar-fez-com-que-universidades-nao-oferecam-formacao-humanista>> Acesso em: 30/03/2012.

32 GERMANO, José Wellington. *Estado e Educação no Brasil...* p.23.

33 *Idem, ibidem*, p.72.

cumprir os objetivos fixados; sentimento de não ter a quem recorrer, de isolamento e abandono; de perda dos coletivos de trabalho, que se esgarçam com a individualização da gestão salarial. O sentimento de “precariedade subjetiva” é uma componente do trabalho moderno.³⁴

Além destas ações, o poder militar intensifica a regulação da vida econômica e expande suas atividades econômicas em uma escala até então desconhecida. O Estado aumenta os recursos financeiros sob seu controle através da criação de fundos sociais como FGTS, PIS-Pasep, através de títulos de dívida pública e centralização pela União da tarefa de arrecadação tributária, acentuando a dependência dos Estados e Municípios. Na segunda metade da década de 1960, o Estado amplia sua ação empresarial e sua interferência na esfera econômica sem, contudo, contrariar os interesses privados. Ao contrário, a ação do Estado serve de suporte à acumulação e fortalecimento do capital privado ao gerir a construção de infra-estrutura e financiamento do capital privado a longo prazo.³⁵

O protecionismo do Estado às empresas privadas manifesta-se ainda na transferência de recursos públicos ao setor privado sob a forma de incentivo, subsídios fiscais e créditos financeiros a juros ínfimos. Para Evaldo Vieira,³⁶ nos anos da ditadura, a política social transformou “os fundos públicos em investimentos nas empresas particulares”. O governo passa a privilegiar o capital privado, em detrimento de outros setores da sociedade, ao estatizar a dívida, isto é, o Estado transfere para si os compromissos externos assumidos pelas empresas privadas.³⁷

Entre a década de 1960 e 1970, o Estado aprofunda o processo de privatização dos serviços públicos como educação e saúde, transferindo à iniciativa privada a concessão de prestação de serviços públicos, transformando a prestação de serviços sociais em mercadoria inacessível a maioria da população. A expansão dos serviços públicos por meio da iniciativa privada delimita o acesso à educação e saúde de qualidade, bem como à cultura, lazer e segurança às classes privilegiadas financeiramente. As políticas públicas implementadas pelo regime autoritário ao longo de mais de duas décadas acentuaram a concentração de renda e as diferenças entre classes. Para Celso Furtado,³⁸ com a ditadura e até o início dos anos 2000, não houve desenvolvimento no Brasil, o país apenas modernizou-se, “o desenvolvimento

34 LINHART, Danièle. “Modernização e Precarização da Vida do Trabalho”. In: Antunes, Ricardo (org.). *Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014, p.46-53.

35 GERMANO, José Willington. *Estado e Educação no Brasil...* p.73-5.

36 VIEIRA, Evaldo. *Estado e Miséria Social no Brasil – de Getúlio a Geisel*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1985, p.233.

37 GERMANO, José Willington. *Estado e Educação no Brasil...* p.83.

38 FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.21.

verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada”. Para o economista, o problema da pobreza no Brasil não está ligado à escassez de recursos, mas sim a “uma forte propensão ao consumo por parte dos grupos de alta renda”.³⁹

A intervenção do Estado na economia resulta privilégios e suporte para a acumulação de capital às classes dominantes, em detrimento das classes populares. A concentração de renda impõe-se como um processo dominante resultando em intensificação da desigualdade social. Para Gonçalves Filho⁴⁰, a “*desigualdade social* é expressão que descreve o estado de grande disparidade entre pessoas, uma situação de desnivelamento”. A desigualdade social torna manifesta a dominação, que é propriamente um fenômeno político. É nas relações sociais que se conforma a humilhação, o rebaixamento, a desigualdade. Para haver um humilhado, um dominado, necessariamente deve haver um dominador. Essa dualidade permeia as relações de dominação, prevalecendo sempre o interesse do dominador sobre o dominado. Trata-se de uma questão política com desdobramentos psicológicos para aquele que experiencia o rebaixamento.

A falta de sólidas instituições políticas, a ausência de liberdades públicas mais elementares, o enorme exército de reserva de desempregados e de subempregados, a exploração por parte das empresas sobretudo estrangeiras, a insegurança do trabalho, acabaram aviltando as condições de vida.⁴¹

Com isso, as ações políticas e econômicas engendradas nos anos da ditadura contribuíram para a intensificação da exclusão e aprofundamento do problema da desigualdade social, ao mesmo tempo em que serviram de suporte para o enriquecimento da classe dominante e acumulação de capital.

Violência, dominação e humilhação social

Tendo apresentado anteriormente a violência de Estado como mecanismo de silenciamento da população e dos opositores ao regime; e após discutir a ação política do Estado nos anos da ditadura e sua contribuição para o processo de acumulação de capital e aprofundamento da desigualdade social no Brasil, permanece ainda em aberto a pergunta

39 *Idem, ibidem*, p.14.

40 GONÇALVES FILHO, José Moura. *Humilhação social: humilhação política...* p.15.

41 VIEIRA, Evaldo. *Estado e Miséria Social no Brasil...* p.233.

pelo modo como a combinação destas ações do regime pode fomentar o fenômeno da humilhação social.

A humilhação social caracteriza-se por ser um fenômeno que habita a fronteira entre o psicológico e o político, um fenômeno social que produz uma experiência de humilhação psicológica, mas uma humilhação que evoca a força de muitos atores e, no entanto, nunca uma só vítima, nunca um só protagonista. O homem habita o mundo e mundo é aquilo que ele mesmo é. A intersecção entre existir e habitar configura mundo, enquanto um lugar de significações compartilhadas e de memória não apenas individuais, mas memórias coletivas, memórias que constituem a história de um povo. Habitar um mundo compartilhado significa que “a pessoa sofre e habita a experiência comum: em alguma medida, sofrendo-a, vem afetá-la por traços originais, por qualidades surpreendentes que tornam irreduzível a fisionomia de cada homem”.⁴²

A humilhação social permeia a memória coletiva e inaugura modos de relação a partir da história. Suas marcas invadem a cidade não apenas pelas relações, mas pelos locais de relação. As ruas, as casas, os bairros são atravessados pela memória de uma gente, memória esta que ultrapassa e impregna o concreto e persistem arraigadas politicamente. Atravessam os grupos que ali vivem e se “eternizam” para além daqueles muros, daquelas ruas, daquelas pessoas individualmente, mas naquele grupo, naquela sociedade, até o ponto em que perde-se de vista sua origem. E esquece-se de onde e como constituiu-se aquela memória, e junto com isso, perde-se forças contra algo que não é mais diferenciado de si mesmo, mas já é si mesmo e todos nós.

A humilhação social é fenômeno político com repercussões psíquicas. É um modo de dominação que se desdobra em um tipo de angústia para o humilhado. Uma força que oprime, restringe, impede, censura o deslocamento para o lugar do outro no mundo e torna o mundo uma grande mansão ordeira, embora duramente dividida entre senhores e serviçais, soberbos e subalternos, ricos e pobres, estudados e ignorantes, clientes e atendentes, mandantes e obedientes. Uma violência silenciosa que ao mesmo tempo constrange e impõe profundo obscurecimento e anestesia: encurrala sem parecer encurralar.

A humilhação social se revela, por exemplo, na invisibilidade do funcionário da limpeza, considerado mais eficiente na medida de sua capacidade de passar despercebido. Na servilidade imposta às empregadas domésticas e babás que, na releitura contemporânea de uma prática escravocrata, devem “saber o seu lugar” e utilizar uniformes que revelam seu status na relação. Na humilhação, há o bloqueio do rosto, o cidadão tem sua aparição impedida, é tornado invisível. Destituído de sua voz, um traço de cidadania é impedido. Na

42 GONÇALVES FILHO, José Moura. *Humilhação Social: um problema político em Psicologia...* p.15.

violência de um ato racista, ou quando um jovem homossexual caminhando em via pública recebe um golpe de lâmpada em seu rosto, o golpe não é uma ação isolada, mas um golpe de todo um grupo sobre outro. Um golpe que vem de outras gerações, gestado há séculos pelos antepassados, um golpe de uma classe sobre outra, do dominante sobre o dominado, que delimita e reafirma lugares de obediência, espaços de circulação e restringe a voz de uma parte da população.

A humilhação social permeia a memória coletiva e inaugura modos de relação a partir da história. Suas marcas invadem a cidade não apenas pelas relações, mas pelos locais de relação. As ruas, as casas, os bairros são atravessados pela memória de uma gente, memória esta que ultrapassa e impregna o concreto e persistem arraigadas politicamente. Atravessam os grupos que ali vivem e se “eternizam” para além daqueles muros, daquelas ruas, daquelas pessoas individualmente, mas naquele grupo, naquela sociedade, até o ponto em que perde-se de vista sua origem. E se esquece de onde e como foi constituída aquela memória. Junto com isso, perde-se forças para lutar contra algo que não é mais diferenciado de si mesmo, mas já é si mesmo e todos nós. É nas relações sociais que se conforma a humilhação, o rebaixamento, a desigualdade. Para haver um humilhado, um dominado, necessariamente deve haver um dominador. Essa dualidade permeia as relações de dominação, prevalecendo sempre o interesse do dominador sobre o dominado.

Como base nestas características descritas, não seria a humilhação social algo anterior à ditadura civil-militar? Um fenômeno originado e gestado séculos e décadas antes do Golpe e dos anos de regime autoritário? A relação da ditadura com a humilhação social estaria ligada apenas às condições abertas pelo Estado autoritário favoráveis à desigualdade social? E onde se vincula a violência e o terrorismo de Estado com esses desdobramentos?

O cotidiano da população brasileira foi marcado por mais de duas décadas pela barbárie institucionalizada durante a ditadura. O alcance da legalidade da violência e das ações que privilegiaram o capital privado somente foram possíveis por haver, ao longo do regime, um estreito consenso entre as políticas adotadas entre os militares e o judiciário brasileiro. A essa “parceria”, Anthony Pereira⁴³ nomeou de *legalidade autoritária*, um fenômeno institucional que prestou-se a encobrir a arbitrariedade da repressão praticada pelo regime, muito embora, a legitimidade dentro do estado de exceção não fosse universalmente aceita pela opinião pública nacional e internacional. Na mesma direção, Zilda Iokoi⁴⁴ observa que o autoritarismo estrutural brasileiro, presente desde o escravismo colonial e que permitiu que a violência se estendesse do escravo para o pobre livre, se tornou também institucional ao fazer parte do regime jurídico.

43 PEREIRA, Antony. *Ditadura e Repressão...*

44 IOKOI, Zilda Maria. *A longa trajetória dos deslocamentos...*

A amplitude da violência institucionalizada no regime revelou uma intenção de alcance mais amplo que o sofrimento individual e morte dos torturados. O uso da força pelo Estado visava que a instauração do medo atingisse todos os graus da sociedade, de modo a disciplinar, cercar e tolher qualquer iniciativa da população potencialmente contrária aos ideais do regime.

A legalidade autoritária e o modo “lento, gradual e seguro” como se estabeleceu o processo de transição contribuiu para que não houvesse uma ruptura significativa entre as estruturas do regime autoritário e do democrático em múltiplos âmbitos que concernem ao Estado. Para Linz e Stepan,⁴⁵ “as origens da transição brasileira em um regime militar hierarquicamente comandado tiveram, é claro, inúmeras consequências nefastas para o processo de democratização”. Mesmo na democracia, o padrão seguido na gestão de políticas públicas permaneceu semelhante ao regime anterior. A transição sem rupturas e coordenada pelos próprios militares favoreceu a uma espécie de *continuidade autoritária*,⁴⁶ isto é, a reformulação e manutenção do autoritarismo institucional na sociedade também no regime democrático.

Ainda hoje o brasileiro é bombardeado por setores da imprensa que trabalham ativamente para encobrir o impacto da violência do regime e convencer a população de que o Brasil teria vivido uma “Ditabranda”.⁴⁷ Frequentemente, o argumento superficial pauta-se na comparação numérica da contagem de mortos no Brasil e nos países vizinhos, como Argentina e Chile. No entanto, para Safatle e Teles,⁴⁸ uma ditadura “se mede não por meio da contagem de mortos deixados para trás, mas através das marcas que ela deixa no presente. Neste sentido, podemos dizer com toda a segurança: a ditadura brasileira foi a ditadura mais violenta que o ciclo negro latino-americano conheceu”.

O *silenciamento institucionalizado* produzido na transição para o regime democrático foi e é ainda hoje uma barreira para a elaboração dos danos produzidos pela violação aos direitos humanos durante o regime autoritário. O duradouro silenciamento e impunidade sobre a violência do regime após a democratização atua como *humilhação política*, fenômeno que impede a palavra e relega a dor ao caráter individual e ao

45 LINZ, J., Juan e STEPAN, Alfred. *A Transição e Consolidação...* p.203.

46 PEREIRA, Antony. *Ditadura e Repressão...*

47 No dia 17 de fevereiro de 2009, o jornal *Folha de São Paulo* publicou editorial afirmando que, em comparação às ditaduras da Argentina e Chile, a ditadura brasileira teria sido uma “ditabranda” devido ao número inferior de mortos. O *Grupo Folha* é apontado pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade e por diversos outros órgãos de defesa dos direitos humanos por ter apoiado o golpe em 1964 e pelo suporte financeiro e logístico às forças repressivas ao longo do regime.

48 SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson. “Apresentação”. In: _____, (orgs). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.10.

esquecimento político. A violência da ditadura é um problema político e, como tal, o sofrimento decorrente não pode ser enfrentado somente em seu caráter *psicológico*, mas deve ser enfrentado também em seu caráter *político*. Para Ianni,⁴⁹ a violência "entra como elemento importante da cultura política com a qual se ordenam, modificam ou transformam as relações entre os donos do poder e os setores sociais subalternos, os governantes e a população, as elites e as massas". Ao longo dos 21 anos de regime, a violência pareceu restaurar as condições de dominação de uma classe sobre as outras, elemento constitutivo da humilhação social.

Com a Lei da Anistia de 1979 e, posteriormente, o fim do regime autoritário, a violência de Estado perde seu caráter legal. No entanto, Anthony Pereira⁵⁰ reconhece que a existência de forte consenso entre o sistema judiciário e as forças armadas impediu reformas estruturais e expurgos nas próprias organizações durante e depois da transição. Somado a isto, a militarização das polícias, garantida pela Constituição de 1988, contribuiu para a migração da violência para as periferias e para a naturalização dessa violência. Hannah Arendt⁵¹ observa que "a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, negligenciadas; ninguém questiona ou examina o óbvio para todos". A banalização da violência traz consigo a desconsideração da violência como questão, principalmente, quando o alvo migra do opositor do regime de classe média para a população pobre e negra das periferias, já excluída da sociedade.

A transição no Brasil parece reinventar um quadro similar ao começo da República, no qual se consolida o poder da burguesia. Florestan Fernandes⁵² constata que esse grupo da sociedade impôs, desde o início, o terreno político para o estabelecimento do pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe. A transição preservou a estrutura política e econômica do antigo regime que garantia os privilégios das elites empresariais, em detrimento das classes trabalhadoras. Estrutura dominadora que reforça o caráter de exclusão de uma parcela da população que, achacada pela violência e pauperização, é destituída de sua voz na sociedade "democrática".

As implicações do não questionamento e naturalização da violência, relegada ao esquecimento e impedida de ser recordada, retornam como *atuação*. Nesse sentido, Sigmund Freud,⁵³ para além da clínica psicanalítica, elabora uma importante articulação que leva em

49 IANNI, Octavio. *Capitalismo, Violência e Terrorismo...* p.169.

50 PEREIRA, Antony. *Ditadura e Repressão...*

51 ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência...* p.23.

52 FERNANDES, Florestan. "A Concretização da Revolução Burguesa". In: IANNI, Octavio (org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

53 FREUD, Sigmund. "Recordar, Repetir e Elaborar" [1914]. In: *Obras Completas, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: ("O caso Schreber")*: artigos sobre técnicas e outros textos. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

conta que aquilo que não pode ser recordado é reproduzido como atuação. Uma repetição que é feita “naturalmente” sem que se perceba. O recordar é substituído pelo atuar. A palavra impedida retorna em ato, um ato que, no caso da violência, é um fenômeno essencialmente político. Octavio Ianni⁵⁴ observa que os atos de violência implícita ou explícita desvelam aspectos fundamentais de como se formam e transformam os jogos das forças sociais, as tramas e as formas de sociabilidade. Naturalizadas na coletividade, essas forças conduzem indivíduos à sua reprodução automatizada. Sob a égide da democracia, o autoritarismo configura, em modos de violência ao indivíduo, a humilhação política.

Apesar da anterioridade histórica e ontológica do autoritarismo brasileiro e do uso da violência pelo Estado, a ditadura civil-militar não se constituiu como *apenas mais um* episódio autoritário na história do Brasil dentre outros. A experiência do uso da violência como terrorismo de Estado no regime autoritário extrapolou todos os referenciais antes conhecidos no Brasil e as amplas ações do governo deixaram marcas estruturais profundas na sociedade, também no que se refere ao caráter social e econômico. Celso Furtado⁵⁵ analisa que o autoritarismo político, que nos 21 anos a partir de 1964 neutralizou toda a resistência dos excluídos, aprofundou as tendências do nosso desenvolvimento mimético, isto é, favorecendo, de um lado, os interesses da área econômica e, de outro, agravando significativamente o isolamento da esfera política.

Nos anos da ditadura, a consolidação do capitalismo financeiro e do liberalismo brasileiro em seu caráter autoritário e sua forma política se fez por meio da conciliação pelo alto. O *autoritarismo antipopular* do regime alimentou nas classes dominantes, acostumadas a privilégios, o que Zilda Iokoi⁵⁶ nomeia de crença ilusória da superioridade que este grupo teria sobre os que pensam diferente. Em outras palavras, autoritarismo estrutural e institucional retroalimenta a dominação de uns sobre outros, privilegiando os valores da elite, impondo políticas que impedem a incorporação dos pobres nos espaços de poder e reforçando relações em pares soberbo-subordinados, senhor-servos, patrões-funcionários. Não são estes os fundamentos para a humilhação social?

Esta visão parece caminhar junto com Florestan Fernandes⁵⁷ ao observar que, desde o início da República, o compromisso da burguesia é voltado para aquilo que lhe seja vantajoso, que permita tirar proveito das condições desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira. Durante a ditadura, a política de privilegiar intensamente o capital privado e a acumulação de renda favoreceu que a elite brasileira explorasse ao máximo as vantagens e

54 IANNI, Octavio. *Capitalismo, Violência e Terrorismo...*

55 FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo...*

56 IOKOI, Zilda Maria. *A longa trajetória dos deslocamentos...*

57 FERNANDES, Florestan. *A Concretização da Revolução Burguesa...*

prerrogativas conquistadas, reafirmando e garantindo um lugar na sociedade. Em contrapartida, essa burguesia empresarial contribuiu com o Estado com apoio ideológico, logístico e financeiro para as ações repressivas e manutenção deste *status quo*.

De modo geral, a política econômica sustentada no período ditatorial favoreceu a acumulação de capital, ante a pauperização da classe trabalhadora. O desenvolvimento alcançado nos anos de “milagre econômico” não ocorreu sem perdas profundas à população mais pobre e às políticas sociais. Octavio Ianni⁵⁸ estabelece uma correlação direta entre o desenvolvimento das forças produtivas próprias ao capitalismo e o desenvolvimento das diversidades e desigualdades, das formas de alienação, técnicas de dominação e lutas pela emancipação. No âmbito político da sociedade, o desdobramento deste movimento produtivo é a multiplicação e aprofundamento das contradições sociais. Na década de 1970, o país viveu períodos em que o crescimento econômico alcançou patamares próximos à 10% anuais, ao mesmo tempo em que os salários dos trabalhadores era por lei reajustado abaixo da inflação e os índices de acidentes e mortes no trabalho alcançavam recordes mundiais.

Esta situação é mais facilmente compreendida a partir da análise de Hannah Arendt:⁵⁹ a potência do trabalho do homem permite que ele produza mais bens de consumo do que necessário para a sobrevivência dele e de sua família. Esse mesmo excedente que permitiu aos homens escravizar ou explorar seus semelhantes, liberando, pelo uso da força, alguns poucos da classe dominante do fardo da vida. Quando a ditadura privilegia a acumulação de capital e, conseqüentemente, o empobrecimento e dependência de outra parcela da população, parece reforçar as condições de possibilidade para a exploração de uns sobre os outros, isto é, de modos de dominação.

A desigualdade social é derivada de fenômeno mais originário da dominação. O prolongamento das condições de inferiorização e seu compartilhamento por muitos podem cronificar a melancolia e vergonha advindas da desigualdade. A humilhação social caracteriza-se como tal quando é revelada a condição política da dominação, ou seja, quando duram muito e são coletivos, “porque se ligaram ao interesse e desejo de gente e grupos soberbos para quem eu e meu grupo parecemos contar como inferiores”.⁶⁰ A humilhação social é fenômeno de tempo longo. É fenômeno ligado à dominação. É o rebaixamento que atinge alguém só depois de haver ancestralmente atingido sua família ou raça, sua casa ou bairro, seu grupo ou classe, às vezes uma nação ou povos inteiro. Como dito anteriormente, a ditadura não originou estas condições, no entanto, sua prolongada e incisiva ação destrutiva sobre a

58 IANNI, Octavio. *Capitalismo, Violência e Terrorismo...*

59 ARENDT, Hannah. “Trabalho, Obra, Ação”. Trad. Adriano Correia. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. 7, p.175-201, 2/2005.

60 GONÇALVES FILHO, José Moura. *Humilhação social: humilhação política...* p.18.

emergência de um poder de caráter popular⁶¹ que ganhava força, seja pela violência, seja pela intensificação da desigualdade social, reinventa e fortalece uma base autoritária. Uma base política autoritária que alimenta as relações de dominação, as relações pautadas na subjugação de um pelo outro; reforça na sociedade as condições de sustentação da humilhação como ataque, como golpe que rebaixa o outro e atinge antes mesmo que se possa dar-se conta de seu sentido e sua origem.

Considerações Finais

A humilhação social caracteriza-se por ser um fenômeno que habita a fronteira entre o psicológico e o político, um fenômeno social que produz uma experiência de humilhação psicológica. Assim como a psicologia social, os fenômenos fronteirícios referem-se ao habitar mesmo do homem no mundo. O homem habita o mundo e mundo é aquilo que ele mesmo é. Ao mesmo tempo em que homem é mundo, mundo também abarca as relações com o outro. Não se trata de determinismo do homem pelo mundo ou o inverso, mas é na intersecção entre existir e habitar que configura-se mundo enquanto um lugar de significações compartilhadas e de memória não apenas individuais, mas memória coletivas, memória que constituem-se a história de um povo.

Nesse sentido, a humilhação social, enquanto um fenômeno de fronteira, constitui e enforma mundo. O mundo do humilhado não ganhou suas primeiras formas com o nascimento singular daquele que sofre o rebaixamento, mas é algo muito anterior, que gestou-se historicamente na fronteira entre indivíduo e sociedade.

Na história recente do país – e não apenas na história recente –, nos momentos em que esta relação de dominação foi colocada em cheque ou sofreu algum tipo de ameaça, mesmo que de modo muito remoto, setores dominantes da sociedade se organizaram para banir à força qualquer possível ameaça.

Um exemplo desse tipo de movimentação parece ter sido o Golpe Civil-Militar de 1964 e a intensa repressão, característica da ditadura que se seguiu por mais 21 anos. Neste contexto, o Golpe acontece como resultante de uma força orquestrada entre militares e setores civis empresariais e industriais do país para garantir a manutenção de um tipo específico de “ordem”. Uma ordem hierárquica dominante imposta pela força do capital.

A repressão do regime militar instaura uma verdadeira guerra desigual de caça aos opositores do regime. Para a força dominadora do Estado, a chamada ameaça do Comunismo não significava apenas uma divergência entre dois modelos econômicos, mas estava em jogo

61 COGGIOLA, O. *Governos militares na América Latina...*

uma disputa entre modelos políticos. A ideia de igualdade constituinte do comunismo era e é uma ameaça direta, não apenas à propriedade privada, mas ao status quo e ao fundamento das relações de dominação, onde a desigualdade promove o servilismo dos pobres aos ricos.

A ameaça contida na figura do militante de esquerda aparentemente era também uma ameaça à manutenção de um modo de relação em que as elites são favorecidas pela desigualdade; ameaça ao silenciamento dos dominados; e ameaça à força dominante. Desse modo, a repressão durante a ditadura civil-militar segue um mesmo caráter histórico autoritário pelas raízes oligárquicas cultivadas desde o período colonial. A dominação é um fenômeno político, se estabelece no âmbito político. Nesse sentido, a manutenção de uma relação de dominação deve dar-se também no âmbito político.

Não bastasse o impacto direto das ações repressivas do Estado ao longo da ditadura, o modo como se deu a transição para o regime democrático reforça a hipótese de que a ditadura teria encontrado outros modos, mais pulverizados e ampliados, de manifestação no cotidiano do brasileiro. A herança da ditadura age também pelo silenciamento de seus golpes, com efeitos sentidos mais intensamente a médio e longo prazo, no entanto com uma repercussão capaz de atingir cidadãos comuns e não apenas os seus alvos mais focalizados: os ativos opositores ao regime autoritário.

Os danos produzidos às vítimas da ditadura não são danos apenas individuais, mas são danos de caráter político. Um dos últimos golpes proferidos pelo regime militar veio por meio da imposição do auto-perdão aos torturadores. A lei que garante até hoje a anistia àqueles que, em nome do Estado, torturaram, mataram e ocultaram corpos – juntamente com o não reconhecimento do Estado pelas violações dos direitos humanos – incitou o silenciamento forçado das vítimas e despolitizou os danos, relegando o sofrimento das vítimas ao âmbito individualizado.

O esquecimento institucionalizado da memória da violência no país; o silenciamento imposto pela violência e pela transição; a migração desta violência para as minorias em geral, para população pobre e negra das periferias; a precarização das condições de trabalho e arrocho salarial; e o aprofundamento da desigualdade social e das relações de dominação no Brasil nos anos do regime militar durante a ditadura parecem ter favorecido o agravamento da humilhação social. Todas estas transformações sociais e econômicas produzidas pelo regime recriam e agravam na sociedade as condições favoráveis para a dominação de uns sobre os outros, fundamento originário da humilhação social, ocultando o aparecimento dessa parcela da população na sociedade, sufocando sua voz e restringindo sua cidadania. Esta articulação aqui apresentada não visa encerrar a questão levantada. Ao contrário, pretende-se apontar um problema e incitar maiores aprofundamentos sobre mais este efeito colateral das políticas autoritárias impostas nos anos da ditadura e de uma transição

REVISTA ANGELUS NOVUS

que não permitiu ampla elaboração dos danos do regime, tampouco resultou em uma democracia inclusiva.